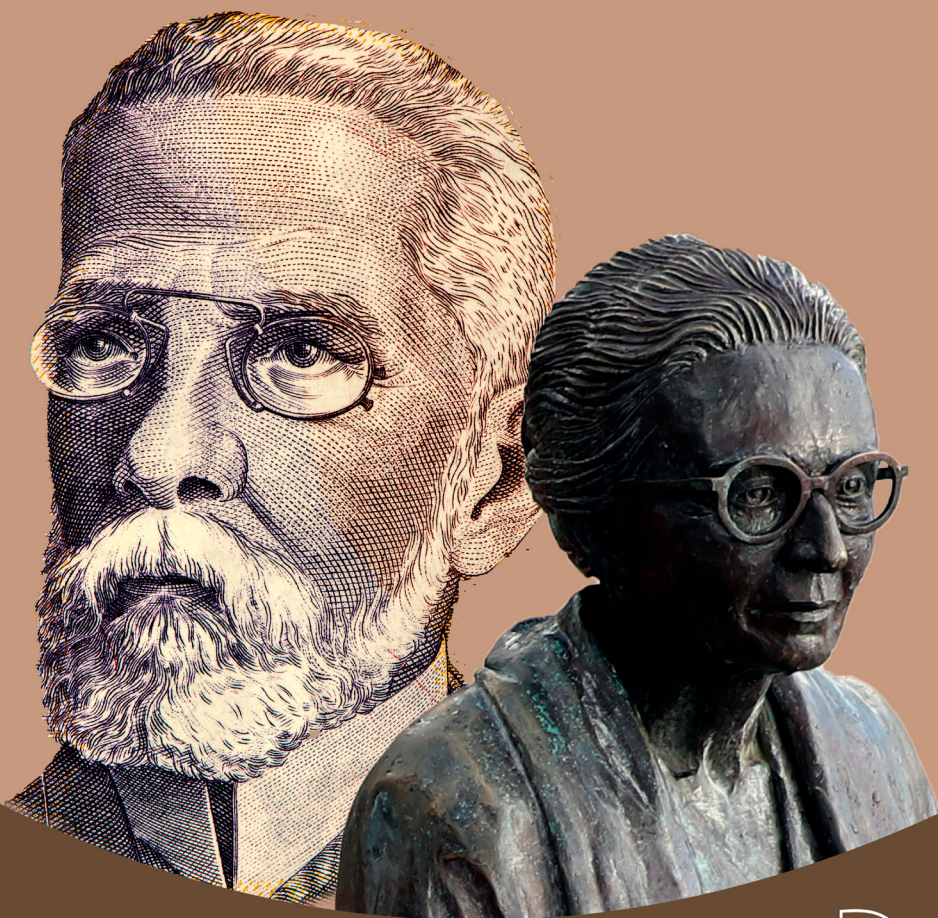


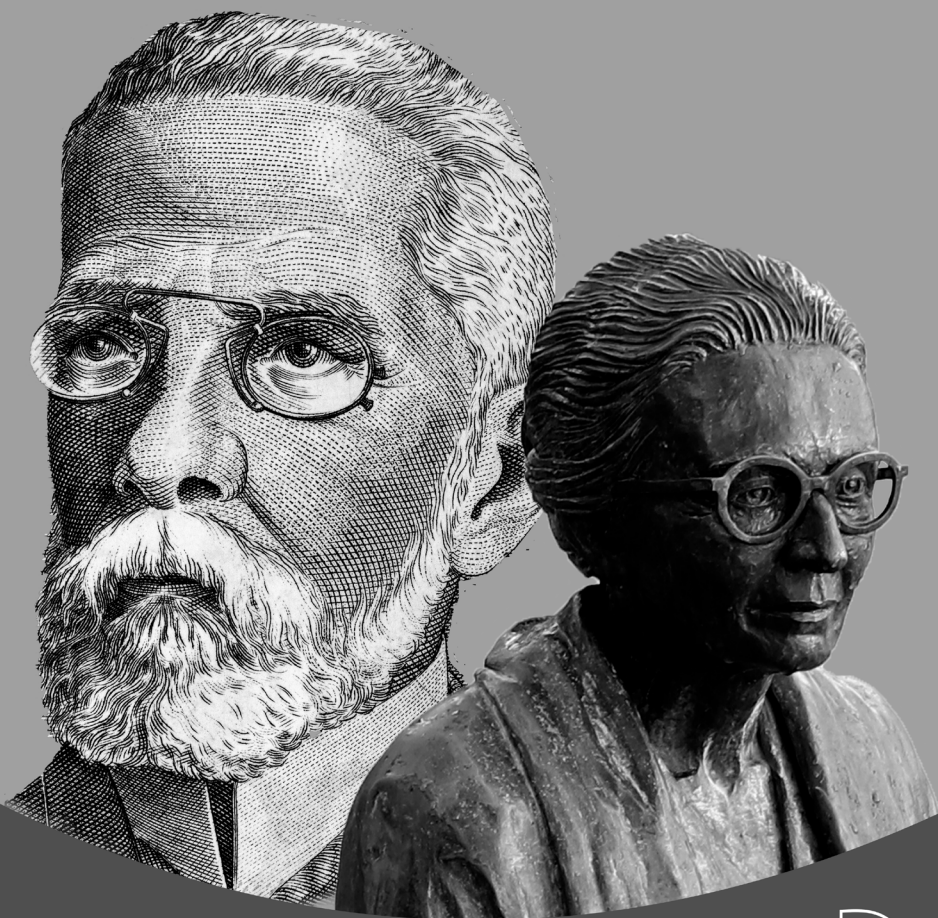
O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil



Everaldo dos Santos Mendes
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil



Everaldo dos Santos Mendes
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O desenvolvimento científico contemporâneo da psicologia no Brasil

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Everaldo dos Santos Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D451 O desenvolvimento científico contemporâneo da psicologia no Brasil / Organizador Everaldo dos Santos Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-841-0

DOI 10.22533/at.ed.410212302

1. Psicologia. I. Mendes, Everaldo dos Santos (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Shakespeare já sabia que os delírios têm sentido. Aludindo aos desvairados discursos de *Hamlet*, Polonius diz: “Desvario sim, mas tem seu método” (*Hamlet*, ato II, cena ii). Mas naturalmente os homens de ciência nunca escutam os poetas [...]”.¹

Testemunhei, nos últimos dolorosos dias da humanidade — assolados pela pandemia de coronavírus (COVID-19) — o surgimento de um escrito inédito: **O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil**, talhado e esculpido na Atena Editora. Na sua composição mais íntima, contamos com a experiência, pesquisa e práxis pedagógica e esperança de docentes deste “vasto mundo” palavrado Brasil. É como diz João Cabral de Melo Neto, “[...] um galo sozinho não tece uma manhã [...]”.²

Possivelmente no outono de 1928, a fenomenóloga contemporânea alemã Edith Stein — discípula de Edmund Husserl — refletiu na conferência intitulada **Os Tipos de Psicologia e seu Significado para a Pedagogia (De Typen der Psychologie und ihre Bedeutung für die Pädagogik)** que se tomarmos em mãos os manuais de psicologia encontraremos dentro de um mesmo livro diversos capítulos que por objeto e método pouco têm em comum entre eles. Por “psicologia” são designadas direções de investigação muito distintas, procedentes de um modo paralelo desde a Antiguidade e dos quais predominou uma vez um, outra vez outro, de acordo com o momento. Historicamente, Edith Stein distingue três tipos fundamentais: [1] Psicologia metafísica: doutrina da essência da alma. [2] Psicologia empírica: doutrina dos fatos da consciência. [3] Caracterologia: antropologia prática.³

No “contrato social” estabelecido após a Revolução Francesa, o Estado conferiu à ciência o monopólio do fenômeno da loucura. Politicamente, o discurso psiquiátrico — falacioso (*doxa*) — fundou-se no controle da irracionalidade. No Estado de Minas Gerais (Brasil) — em nome da razão — pelo menos 60 mil seres humanos morreram entre os muros do Hospital Colônia de Barbacena, taxados de “loucos”:

[...] 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças.⁴

1 SILVEIRA, Nise. **Imagens do inconsciente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 100.

2 MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 345.

3 STEIN, Edith. Los Tipos de Psicología y su Significado para la Pedagogía. In: STEIN, Edith. **Obras completas, IV: escritos antropológicos y pedagógicos [magistério de vida cristiana, 1926-1933]**. vol. 4. Trad. Francisco Javier Sancho, OCD; José Mardomingo; Constantino Ruiz Garrido; Carlos Díaz; Alberto Pérez, OCD; Gerlinde Follrich de Aginaga. Vitória: El Carmen; Madrid: Espiritualidad; Burgos: Monte Carmelo, 2003.

4 BRUM, Eliane. Prefácio: os loucos somos nós. In: ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro: Genocídio** — 60 mil

No século XX, a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, regulamentou a profissão de psicólogo(a) no Estado brasileiro. Horizontalmente, aqui-agora, diante dos nossos “olhos de ver”, um tratado de psicologia, diversidade e contemporaneidade, que põe em cena textos sobre a formação-atuação — humanizada — de profissionais de psicologia, desvelada no século XXI. Por fim, #Colôniãuncamais!

Empaticamente,

Everaldo dos Santos Mendes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CLÍNICA PSICANALÍTICA NOS ESPAÇOS PSICOSSOCIAIS: REVISITANDO O CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Alana Gândara de Jesus Ferreira

Danielle Ribeiro Cardoso

Malba Thaã Silva Dias

Henrique Andrade Barbosa

Carla Mendes Santos Teixeira

Laís Lopes Amaral

Laura Lílian Ferreira Silva

Vívian Ferreira Melo

DOI 10.22533/at.ed.4102123021

CAPÍTULO 2..... 9

A CONSTRUÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS NA DISCIPLINA DE NEUROFISIOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Salles Seitz Ramos

Carla Waldeck Santos

DOI 10.22533/at.ed.4102123022

CAPÍTULO 3..... 21

A ESCUTA PSICANALÍTICA E SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DE UMA INSTITUIÇÃO SOCIOEDUCATIVA: REPENSANDO A PRÁTICA COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Joicy Anne Silva

Gustavo Henrique Dionísio

DOI 10.22533/at.ed.4102123023

CAPÍTULO 4..... 35

A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CATÓLICOS NA MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA

Bruna Benício Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.4102123024

CAPÍTULO 5..... 46

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA PREVENÇÃO DO BULLYING

Adelice Jaqueline Bicalho

Adriana Mara Pimentel Maia Portugal

DOI 10.22533/at.ed.4102123025

CAPÍTULO 6..... 55

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A COISIFICAÇÃO DO HOMEM: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO

Marita Pereira Penariol

DOI 10.22533/at.ed.4102123026

CAPÍTULO 7	60
A PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DA COMARCA DE MALLETT NA DÉCADA DE 60	
Mauro Tadeu de Cena Krampe Júnior	
Hélio Sochodolak	
Eduarda Bruna Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4102123027	
CAPÍTULO 8	69
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AMBIENTE HOSPITALAR E ESTRESSE OCUPACIONAL	
Edina Daiane Rosa Ramos	
Zuneide Batista Paiva	
Mirtes Santos Oliveira	
Regiane Lacerda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4102123028	
CAPÍTULO 9	79
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA SAÚDE DO ADOLESCENTE: OBESIDADE E CIRURGIA BARIÁTRICA	
Fernanda Gonçalves da Silva	
Luiz Carlos Bernardino Marçal	
Ana Carolina Carmo Fernandes	
Caroline Palmieri Sampaio	
Millena Duarte Rosa	
Vitória do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4102123029	
CAPÍTULO 10	91
INTERVENÇÃO LÚDICA DE MUSICALIZAÇÃO E JARDINAGEM COM CRIANÇAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Danielle Soraya da Silva Figueiredo	
Tatiele dos Santos Telaska	
Fernanda de Cassia Daneluti Gasparetto Schemuda	
DOI 10.22533/at.ed.41021230210	
CAPÍTULO 11	97
OFICINA COMO INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA DISCUSSÃO SOBRE SAIR DO TEMA DE PESQUISA	
Ricardo Pimentel Mélo	
Thiago Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.41021230211	
CAPÍTULO 12	110
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO PARA A INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Fernanda Lúcia Pereira Costa	
Fernanda Laleska da Silva Fernandes	

Iamara da Silva Pereira
Josefa Lucivânia Feitoza Gonçalves
DOI 10.22533/at.ed.41021230212

CAPÍTULO 13..... 119

O TRATAMENTO DA DEPRESSÃO E ANSIEDADE POR INTERMÉDIO DA HIPNOSE

Maria Márcia Soares
Débora Cunha de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.41021230213

CAPÍTULO 14..... 134

ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL DE VALORIZAÇÃO DA AUTOESTIMA E DO VÍNCULO MATERNO COM GESTANTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Danielle Soraya da Silva Figueiredo
Tatiele dos Santos Telaska
Fernanda de Cassia Daneluti Gasparetto Schemuda

DOI 10.22533/at.ed.41021230214

SOBRE O ORGANIZADOR..... 140

ÍNDICE REMISSIVO..... 141

A PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DA COMARCA DE MALLET NA DÉCADA DE 60

Data de aceite: 17/02/2021

Mauro Tadeu de Cena Krampe Júnior

UNICENTRO

Irati – PR

<http://lattes.cnpq.br/0444610603601216>

Hélio Sochodolak

UNICENTRO

Irati – PR

<http://lattes.cnpq.br/2397406478051464>

Eduarda Bruna Reis

UNICENTRO

Irati – PR

<http://lattes.cnpq.br/2729644474167504>

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo estudar uma comarca do interior do Paraná, num mundo ainda não tão globalizado, e evidenciar a possível produção e reprodução de masculinidades e suas possíveis inferências nos crimes cometidos por homens sobre mulheres na Comarca de Mallet na década de 1960. Dentre nove processos-crimes selecionados, os quais se enquadravam nas categorias estupro e tentativa de estupro, foi analisado um caso de estupro. Através de uma metodologia qualitativa e bibliográfica, junto com a análise de documentos jurídicos e históricos foi procurado revelar a possível construção de um masculino feito socialmente, reforçando caracteres como honra, virilidade, força, domínio e potência sexual. Tudo isso em uma pequena cidade localizada no interior

do Paraná. Manifestando assim a produção e reprodução de uma masculinidade que se pretende hegemônica sobre a culpabilização da mulher.

PALAVRAS - CHAVE: Masculinidade; Processos-crime; Violência; Gênero; Virilidade.

ABSTRACT: The present study aimed to study a county in the countryside of Paraná Brazil, in a world not yet globalized, and to highlight the probable production and reproduction of masculinities and their possible inferences in the crimes committed by men on women in Mallet county in the 1960s. Among nine selected criminal cases, which fell into the categories rape and rape attempt, a rape case was analyzed. Through a qualitative and bibliographic methodology, with the analysis of legal and historical documents, it was sought to reveal the possible construction of a male socially made, reinforcing characters such as honor, virility, strength, mastery, and sexual potency. All of this in a small town located in the countryside of Paraná. That way manifesting thus the production and reproduction of masculinity that is intended hegemonic on the guilt of women.

KEYWORDS: Masculinity; Criminal cases; Violence; Gender; Virility.

1 | INTRODUÇÃO

Nosso objetivo foi, a partir de um olhar crítico sobre os processos-crime, investigar uma possível produção de masculinidades na Comarca de Mallet-PR na década de 60 (1960-1969), partindo da documentação histórica para

estabelecer análise. Foram analisados nove processos-crimes, todos eles relacionados à crimes sexuais, como estupro e tentativa de estupro. Foi selecionado e analisado um processo-crime relativo ao crime de estupro do ano de 1961. Durante o processo de análise foi utilizado o Código penal de 1940, vigente durante a produção dos autos e sucessivamente dos processos-crime.

Focamos esforços analíticos para a compreensão de uma possível produção masculina imperante e violenta. Um modo de ser “homem” pré-definido e predominante, uma “masculinidade hegemônica” (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013), (KIMMEL, 1998), que atravessa, via exercício de poder, multilateralmente (FOUCAULT, 2018), os corpos infantis, produzindo os “homens” de seu tempo.

A escolha pela pequena Mallet-PR dos anos de 1960 não foi aleatória. Nossa Mallet, neste período com pouco mais de 50 anos, possuía suas próprias maneiras de dispor as relações sociais, com influências religiosas e da cultura europeia, devido à grande quantidade de imigrantes, mas também pela sua própria singularidade nas relações típicas do campo. Um território onde as relações se dispõem de modo vertical, guiadas pelo machismo e patriarcado oriundos de uma cultura católica-falocêntrica.

2 | OBJETIVOS

Posto isto, levantamos a necessidade de se falar em masculinidades, no plural, visto que há sim um ideal de masculino difundido no coletivo, porém, existe também entre o masculino categorizações: as masculinidades. Ou seja, admitir “a ideia de diversidade de formas de ser masculino” (FARIAS; CECCHETTO; SILVA, 2014, p. 422). Temos então dentro da própria categoria das masculinidades disputas que transcendem ao gênero e se estende à raça, etnia e classe social.

Sochodolak *et al.* (2019), consegue demonstrar para nós que o centro-oeste paranaense possuía já em meados do século XX uma masculinidade norteadora. Sendo a liberdade masculina a estrela central dessa constelação de privilégios: o domínio das noites pelo público masculino; as disputas de honra em bailes e festas; o álcool; os jogos de azar; tudo isso denotavam pertencimento a uma masculinidade hegemônica (SOCHODOLAK, *et al.* 2019).

Para Connel e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica nada mais é do que um “padrão de práticas [...] expectativas de papéis ou uma identidade” (p. 245) que exerce uma contínua dominação sobre as mulheres. Portanto, a masculinidade, mais que um aspecto psicológico, é palpável, materializada e ritualizada nas práticas e hábitos, ou *habitus* cotidianos (BOURDIEU, 2007).

Masculinidade que se constrói sobre a subtração das forças femininas na sociedade, no anulamento social das vozes femininas e masculinas dissonantes, em violentas ações de domínio e coerção. Essa opressão de gênero acaba por tolher homens e mulheres

de suas reais possibilidades, encubando as pessoas por uma demanda histórico-social pontilhada, isto é, uma produção já mapeada, com um *telos*, para homens e mulheres, e não pelas suas reais aspirações.

E qual, dentre o complexo arsenal da dominação é a arma invocada pela população masculina que aspira ser dominante, para a subjugação de todas as outras formas de se existir no mundo? A tão velha, mas atualizada temporalmente virilidade (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013). Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello, no segundo volume da dantesca obra a “História da Virilidade” (2013) destacam que a virilidade “ordena, irriga a sociedade [...] induz efeitos de dominação dentre os quais o exercido sobre a mulher é apenas um elemento” (p. 7).

Muniz de Albuquerque Júnior (1999) escreveu sobre a construção de uma identidade de gênero regional, na qual ele afirma que a figura do homem nordestino foi emparelhada com um aglomerado de personas que “trazem a marca da violência, marcados por metáforas fálicas, em que valentia, coragem e violência parecem ser associadas ao masculino e sua virilidade” (p.178).

Paralelamente ao nordestino, podemos também conjecturar a figura do malletense da década de 60: carregando consigo a violência, a honra, a crueldade e a maldade como herança de uma virilidade ligada à própria configuração de gênero designada “homem” (MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

No entanto, há entre os nordestinos e os malletenses, e, entre as nordestinas e as malletenses, principalmente, um sufocamento comum, um martírio constante. O sofrimento, muitas vezes invisível das formas de atuar no mundo que fogem do norte viril, principalmente às mulheres.

E é a partir das violências, e da(s) masculinidade(s) que conduziremos a análise do nosso processo-crime, procurando entender as motivações, pessoais e também sociais/culturais que levaram ao crime. As interpretações, o uso gramatical e o léxico linguístico utilizados nos processos foram, na medida do possível, milimetricamente observados, pois a nossa própria língua fala muito das nossas posturas nas relações de gênero.

3 | RESULTADOS

Se teve força suficiente para defender-se na segunda tentativa, porque não a teria na primeira? O que pretende a queixosa é encontrar um ‘bode expiatório’, para salvaguardar suas aparências, e esconder sua torpeza, trazendo, talvez, a infelicidade de um lar, maculando a honra de uma pessoa que nunca, em meio século de existência, teve um deslize sequer (COMARCA DE MALLET, 1961, fl, 31).

O processo-crime escolhido como base para a pesquisa suscita logo de cara um delito amplamente ligado majoritariamente ao masculino: o estupro. No Código Penal de 1940, o estupro estava previsto pelo Título VI do Capítulo dos “Crimes Contra os Costumes”

no Capítulo I: “Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual”, Art. 213. Ali encontramos definições como: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. Isso porque historicamente existiu uma produção e redefinição de papéis de gênero, no qual estruturava os homens como a ponta da pirâmide. Lugar “conquistado” à força, na intenção propositada de manutenção da supremacia masculina (CONNELL, 1995, p. 188)

Sobre isso, Lia Zanotta Machado (1998) nos afere que o estupro serve como representação da sexualidade masculina e que “ ‘apoderar-se do corpo da mulher’ é o que se espera da função viril [...] o ‘não’ ou o ‘medo’ da mulher aparecem como constitutivo do desejo masculino” (p. 251)

Essa tentativa de domínio do masculino “hegemônico” sobre todas as outras formas de se existir se sustenta também pela letra que compõe a lei. Tanto no protagonismo como as figuras que incorporavam o estupro como prática de dominação, as próprias definições jurídicas de estupro eram produzidas por homens. Para March (2015), “No crime de estupro observamos o direito de posse masculina sobre o corpo feminino entendido como não pertencente às mulheres, mas sim aos homens (...)” (p. 2453)

A masculinidade era regra. Ela ditava as cartas¹. A vítima, solteira e de uma família pobre do qual conhecemos apenas o pai, é contratada por um homem para trabalhar de doméstica em sua casa. Contudo, algo acontece. Ela alega estupro. Porém, a denúncia por sua parte ocorre polícia sete meses após o ato. Ele nega o crime. Para uma análise mais didática e contemplativa estruturamos esta etapa em duas: a acusação; e a defesa. Vamos aos autos.

A acusação é protagonizada por dois momentos, o depoimento de Élia, a vítima e o depoimento do acusado Feliciano.

Élia², a rogo abaixo assinada, maior, solteira, juntando prova de seu estado miserabilidade, vêm requerer a essa Sub Delegacia tome às providências necessárias, instaurando um inquérito, para apurar a responsabilidade, do indivíduo Feliciano, o qual infelicitou a requerente a força deixando-a grávida, isto mais ou menos há sete meses³ (COMARCA DE MALLET, 1961, fl, 2).

Consecutivamente, foi promovido o exame que “praticado em posição ginecológica, mostrou ruptura completa e não recente da membrana himeneal” (COMARCA DE MALLET, 1961, fl, 6). Sobre isso:

A sexualidade feminina e seu apetite sexual eram vistos como uma ameaça à ordem social, podendo afetar seu caráter moral e conspurcar papéis mais admiráveis, como a figura da mãe, da esposa. Sob a égide discursiva desses saberes autorizados cientificamente, a vagina não tinha outro desempenho senão a “função” passiva de passagem [...] Portanto, o que vimos até aqui foi

1 Como por curiosidade, caso o crime fosse perpetrado contra um menino, segundo o Código Penal de 1940 teria que ser enquadrado como “Atentado violento ao pudor” Art. 214, pois era o que os limites da lei permitiam.

2 Para preservar a memória das partes e seus familiares, foi tomada a decisão de retirar o sobrenome da vítima e do acusado e das pessoas citadas no arquivo.

3 Foi decidido manter a grafia original de todo o processo.

a utilização sistemática e a busca do fortalecimento da autoridade do discurso médico no ambiente jurídico, como estratégia de produzir um discurso competente (...) (MOREIRA, 2015, p. 87-89).

Um corpo monitorado, controlado, metrificado, analisado e raptado por uma relação desigual de poder, na qual o privilégio de “poder” é dirigido pelo ser “homem viril” e seus adeptos.

A seguir, o seu depoimento consta que sete meses antes Feliciano chegou à casa da vítima dizendo que precisava de uma empregada, e negociado o valor salarial Élia aceitou. Ao se deslocar até a casa de Feliciano a algumas dezenas de quilômetros:

Quando já estavam perto de Malét, Feliciano tocou a carroça por um carreador que ia para o mato, e numa altura Feliciano parrou a carroça, agarrou a declarante pelo braço e derrubou-a no chão [...] e sendo fraca não pode resistir Feliciano, que a força teve que se entregar, mantendo com êle relações sexuais (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl, 8).

O agressor até tentou novamente estuprá-la em uma segunda ocasião, quando ela pediu demissão do emprego e ele a trazia novamente para casa. “E já na viagem Feliciano queria novamente manter relação sexuais com a declarante, mas esta negou-se defendendo-se” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl, 9).

Em contrapartida, no depoimento de Feliciano ele nega todas as acusações feitas pela vítima. O acusado apenas diz que “pelo meio dia parou para fazer alguma coisa para almoçar, dai seguiram viagem sem haver nada do que Élia disse” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl, 11).

Agora, ao terminar a explanação sobre a acusação, temos um ponto pertinente para questionar e nos provocarmos: teríamos aqui, na acusação de estupro uma “dupla” expressão da dominação masculina? Primeiro, pela dominação violenta do masculino sobre o feminino com o uso do abuso sexual, de modo a afirmar sua masculinidade sobre um outro corpo que não partilha consigo um status social/gênero. Segundo, ao “contratar” Élia como empregada doméstica, Feliciano se achou no direito de “tomar” o corpo de Élia para si, isso a partir de uma herança patriarcal e escravocrata, na qual as “negras da casa” eram posse física de seus senhores (NADER, 2006, p. 237).

Boris Fausto (1984) fez uma análise sobre a criminalidade em São Paulo, da qual podemos notar que nos crimes sexuais 41% dos casos correspondeu a empregadas domésticas, e outros 19,5% às mulheres que prestam serviços domésticos. Evidenciando uma mágoa social, um caminho comum dos crimes sexuais, dentre os quais mais de 60% das vítimas tinham ligação ao domínio da casa, dos afazeres domésticos. A isso Fausto (1984) declara que “A ‘objetivação’ das relações humanas, facilitada pela desigualdade social, combina-se com as fantasias sexuais e pornográficas masculinas” (1984, p. 192). E aos homens basta ser agressivo, violento e hostil para que o “animal” seja seu (FAUSTO, 1984, p. 192).

Assim sendo, podemos ver que a “dupla” expressão da masculinidade nada mais é que duas emanações de um mesmo sentido. Essas relações de gênero não são estáticas, elas não se instituem de forma linear. Por muito tempo se teve a ideia que o gênero era limitado a um tipo especial prática, apenas como “reprodução” e não como “produção”, porém, “as masculinidades são construídas também na esfera da produção” (CONNELL, 1995, p. 188).

Seguimos agora para a defesa. Logo ao ser interrogado sobre a questão de alfabetização, Feliciano é dito “lavrador [...] não sabe ler nem escrever” (COMARCA DE MALLETT, 1961, p. 26). O que pode nos provocar a pensar que a construção do edifício conceitual e prático de uma masculinidade violenta, dominante e que se pretende hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013), (KIMMEL, 1998), não é aprendida apenas por fatores de influência das leituras de livros, produções intelectuais e configurações refinadas de replicação das desigualdades, como as grandes obras das figuras célebres do século XIX.

Maffesoli (1996) já havia nos alertado de que em culturas onde predominam “o processo identitário, dedicam-se a atribuir, a cada um, um sexo particular (masculino, feminino) e atribuir-lhes funções precisas que não devem ser transgredidas” (p. 317-318). É essa construção social, que, emparelhando masculinidade/feminilidade com o sexo biológico, solidifica a base para os discursos de poder que se pretendem verticais, ou seja, desiguais.

A defesa contratada por Feliciano pode ser dividida em três campos de uma abordagem patriarcal de sociedade: 1) a honra de Élia; 2) a palavra feminina x palavra masculina; 3) culpabilização do feminino. Eles se articulam entre si é claro, porém, a cada um deles se amarrou a um aspecto singular.

Todas as vezes possíveis a honra de Élia foi “maculada”. Isso ainda mais pela afirmação – um mistério – de Feliciano que “[...] a queixosa já teve outro filho de pai incógnito” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl. 30), tornando-a, para a sociedade da época, uma mulher desonrada⁴.

Honra feminina que é construída a partir de alicerces masculinos e patriarcais. Ou seja, a própria estrutura desigual e vertical de relações de gênero na comarca de “Malét” constituiu uma honra feminina, tendo ela como subterfúgio para manutenção nas suas relações de dominação. Uma produção de masculinidades que produziu feminilidades, ou de modo mais amplo, a própria sociedade malletiana da década de 1960.

Caulfield (2005) sobre os diagramas de gênero que fertilizaram a produção jurídica diz que,

4 É interessante notar e refletir que os documentos judiciais foram produzidos por homens da instituição judiciária. Com a intermediação do escrivão (momento importante de tradução da narrativa em auto e que faz aparecer palavras que os populares normalmente não usariam), os agentes da lei interviam e direcionavam as respostas. O que foi dito pelas testemunhas, pelo indiciado, pela própria vítima, respondia, muitas vezes, as questões lançadas pelas autoridades. Essas questões, certamente, também eram condicionadas pelas relações de gênero, pelos sentidos de honra e virilidade.

O código civil [...] refletia tanto os valores culturais que condenavam o comportamento sexual ilícito das mulheres, mas não o dos homens, como o paternalismo tradicional que diluía os princípios liberais de igualdade e responsabilidade [...] as mulheres não gozavam dos mesmos direitos que os homens nem eram iguais entre si. Elas eram capazes ou incapazes, honestas ou desonestas, dependendo da posição de cada uma dentro ou fora da família (p. 69).

Essa concepção de sociedade moldurada pelo masculino conduz à nossa segunda discussão. A palavra da mulher contra a palavra do homem ficou fortemente acentuada nos autos. Élia, já cravejada pelas violentas insinuações pela parte do acusado e seu advogado, vê as letras jurídicas encorpendo as palavras de Feliciano.

Ex-vi do art. 105 do Código Penal: não há dúvida que - ilegível - em seis meses se dentro desse prazo não foi exercido o direito de representação [...] a queixa foi apresentada em data de 10 de abril de 1961, fora, portanto do prazo legal de representar em Juízo (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl. 51).

Não levaram em conta que, pela necessidade de dinheiro, Élia, com três irmãs para sustentar, seu pai em idade avançada, e agora com um filho no colo, não teve talvez outra escolha, com medo de uma represália social, a se tornar uma pária malletense. Mulher, solteira, desvirginada, na casa dos 30 anos, e com um filho de pai “incógnito”. “A demais a mulher honesta que se diz recatada, que sofreu uma injúria, como seja a de estupro, fica calada, aceita ficar em casa de seu ofensor” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl. 51).

Qual a relevância de Élia em contraposição à de Feliciano para a sociedade malletiana dos anos 1961?

A resposta? O que ela quer é encontrar um “‘bode expiatório’, para salvaguardar suas aparências, e esconder sua torpeza” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl. 31), e ainda, na intenção de concretizar suas travessuras bacanais trazer “a infelicidade de um lar, maculando a honra de uma pessoa que nunca, em meio século de existência, teve um deslize sequer” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl. 31).

Essas ignorâncias ocorreram porque a vítima, como afirma Nader (2006), faz parte historicamente de uma “categoria inferior”.

A história considerou a mulher como pertencendo a uma categoria inferior, pois os registros sobre ela ficaram ligados à sua condição, ao seu lugar na família, na memória do mundo privado, relacionada com o domicílio familiar, ao qual fora ligada por determinação e convenção (p. 237).

O desfecho dessa história real já pode ter ficado claro. Não. Não haverá *plot twist*, isso fica mesmo a cargo das produções cinematográficas. Acontece o que se repete até hoje. A produção e reprodução de uma masculinidade que se pretende hegemônica sobre a culpabilização da mulher. “Se teve força suficiente para defender-se na segunda tentativa, porque não a teria na primeira?” (COMARCA DE MALLETT, 1961, fl. 31). Essa citação invoca um mar de violências históricas naturalizadas e perpetuados durante os séculos. Já diz o

ditado “a corda arrebenta sempre para o lado mais fraco”. Porém, na verdade não há corda, mas sim amarras, e apenas um lado puxando. A ilusão está nos olhos de quem vê.

O processo-crime se deu como arquivado. O lado de Feliciano ganhou, mas ele não puxou a corda, ele era a própria corda. Sufocando Élia aos poucos, aproveitando seus privilégios sociais, se firmando como uma masculinidade produzida e em constante atualização, Feliciano e seus múltiplos fizeram de muitas, um pouco de Élia em cada mulher.

Finalizando, conseguimos apalpar agora essa masculinidade “sessentista” de Mallet. Uma masculinidade comum, palpada na supremacia de gênero, privilégios sociais e outras *cositas más*. Portanto, o *glamour* da honra e virilidade, ostentando seu portentoso “falo” nas mais pequenas ações de dominação verbal, física e moral. Homens esses que não nascem másculos, violentos, dominantes, viris, mas que são eles mesmos vítimas e algozes de si mesmos, eles definem que vão ganhar e que vão perder, mestres em se auto-imolar (NOLASCO, 1993, p. 43).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho podemos concluir que houve sim uma produção de masculinidades na Comarca de Mallet na década de 1960. Uma masculinidade incorporada e produzida no cotidiano da pacata cidade. De pacata apenas nossa falsa idealização de um passado menos tecnológico, invocando uma relação homem/mulher-natureza harmoniosa, que porém, nunca ocorreu.

Homens que se produzem na dor, deles mesmos e dos outros. Pois que, a máxima de Beauvoir (1980) vale tanto para elas quanto para eles. Não se nasce homem, torna-se homem. Ao contrário do que pode se pensar, a virilidade não pertence ao masculino, mas o masculino tenta, novamente, tenta, fazer parte do adjetivo viril. Contudo, a virilidade nada mais é do que o pote de ouro no fim do arco-íris. Uma ilusão descabida para mentes desavisadas. Nada contra gnomos, e todo respeito às tradições celtas, mas esse arco-íris da masculinidade é incolor porque subtrai as diversidades, ilusório porque alguns homens o seguem às cegas, e o tão almejado pote de ouro da ostentação viril é uma grande pepita de pirita, ou seja, o ouro dos tolos.

Assim concluo que o referido projeto foi uma experiência inicial de pesquisa em Iniciação Científica. Há a necessidade de trabalhos futuros, que complementem e aprofundem ainda mais os estudos sobre as complexas questões da(s) masculinidade(s).

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**. Campinas: Unicamp, 2005

CONNELL, Robert. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**. (20)2: p. 185-206, jul./dez. 1995

_____; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Apr. 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade: O Triunfo da virilidade, O século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FARIAS, Patricia Silveira de; CECCHETTO, Fátima; SILVA, Paulo Rodrigo Pedrosa da. Homens e mulheres com H(GH): gênero, masculinidades e anabolizantes em jornais e revistas de 2010. **Cadernos Pagu**, n.42, p.417-445, jun. 2014.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, 1926-1984. 7ª ed.- Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades: Hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

MACHADO, Lia Z. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.11, 1998.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARCH, Kety Carla De. Estupro: Construção de masculinidades no acesso sexual ao corpo feminino no Paraná dos anos 1950. **VIII Congresso Internacional de História**. 2015.

MOREIRA, Mayara Laet. **O poder médico de “penetrar” e o poder jurídico de “infamar”**: um crime de defloramento em Cuiabá (1920-1940). 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2015

MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. “Quem é frouxo não se mete”: Violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 19, ago. 1999.

NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: Uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: **História, Mulher e poder**. Vitória: EDUFES, PPGHIS, 2006.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOCHODOLAK, Helio, *et al.* Aspectos da Honra e da virilidade na villa de iraty. In: **Santa Albertina: páginas de dor, (in)justiça e devoções populares**. Curitiba: CRV, 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 21, 22, 24, 30, 33, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 107, 110, 113, 114, 115

Adolescentes 21, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 33, 47, 48, 52, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 89, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 115, 116, 119, 121

Agenciamento 6, 7, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 106, 107

Ambiente Hospitalar 69, 70, 71, 72, 75, 76

Ansiedade 48, 71, 84, 85, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Aprendizagem 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 35, 47, 50, 51, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 123

Avaliação psicológica 18, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 89, 90

Avanço Tecnológico 111

B

Bullying 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 81

C

Catolicismo 36, 37

Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) 2

Classificação Internacional de Doenças (CID-10) 126

Coisificação do homem 55, 57

Comportamento Infantil 91

Conjuntura Sócio-Política Brasileira 56

Conselho Nacional da Saúde 10

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 10

Criança 5, 18, 26, 28, 30, 31, 33, 37, 40, 49, 53, 81, 92, 93, 97, 98, 99, 103, 104, 108

Crise do trabalho 55

Cristianismo 37, 44

D

Depressão 48, 50, 52, 54, 71, 82, 84, 85, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133

Diagnóstico Organizacional 69, 72

Distúrbios 71, 77, 85, 86, 124

Doenças 71, 77, 78, 81, 88, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126

DSM-V 127

E

Ensino 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 50, 51, 52, 78, 91, 92, 93, 95, 96, 110, 111, 114, 115, 117, 118

Estresse 48, 57, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 87, 90, 120, 126

F

Franco Basaglia 2

G

Gênero 35, 36, 39, 43, 44, 45, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 82, 119

H

Hipnose 119, 120, 121, 122, 123, 129, 130, 131, 132, 133

I

Igreja 36, 38, 39, 40, 41

J

Jogos educativos 9, 11

Jornada Mundial de Saúde Mental 120

L

Liberdade 1, 2, 12, 21, 22, 23, 24, 39, 40, 42, 44, 49, 58, 61, 63, 112

Loucura 5, 1, 2, 3, 5, 30, 56

Ludicidade 92

M

Maria Madalena 38

Masculinidade 44, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 16, 18, 19

Ministério Público 22

Musicalização 91, 94, 95

N

Neurofisiologia 9, 11, 14, 16, 17, 18, 19

O

Obesidade 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90

Oficina 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Orientação Profissional 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118

P

Políticas Públicas 38, 55

Precarização do trabalho 55, 56, 57

Prevenção 46, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 81, 88

Processos-crime 60, 61

Produção de humanização 55

Profissional da área de saúde 69

Psicanálise 1, 2, 3, 7, 8, 21, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 44, 123, 133

Psicofísica 10

Psicologia 2, 5, 6, 2, 4, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 33, 34, 35, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 69, 72, 76, 79, 83, 86, 89, 90, 96, 107, 108, 109, 110, 117, 118, 119, 121, 133, 140

R

Reforma Psiquiátrica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

S

Saúde Mental 1, 3, 5, 6, 7, 8, 23, 28, 80, 88, 120, 125

Sistema Único de Saúde (SUS) 13

O Desenvolvimento Científico Contemporâneo da Psicologia no Brasil

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

O Desenvolvimento Científico Contemporâneo **da Psicologia no Brasil**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021